



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PPP

COEM

Coordenação de Ensino Médio

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



**SECRETARIA DE
ESTADO DE
EDUCAÇÃO**

Versão 1.0 – 04/05/2022



Helder Zahluth Barbalho

Governador do Estado do Pará

Lúcio Dutra Vale

Vice-governador do Estado do Pará

Elieth de Fátima da Silva Braga

Secretária de Estado de Educação - SEDUC

Regina Lucia de Souza Pantoja

Secretária Adjunta de Ensino – SAEN

Regina Celli Santos Alves

Diretora de Educação Básica – DEB

Mari Elisa Santos de Almeida

Coordenadora do Ensino Médio – COEM

EQUIPE COEM / ProBNCC

ADRIANA GOMES ROSA
ALINI DO SOCORRO CRUZ
DIANA GOMES BRAGA
ELIZABETH MASCARENHAS S. SILVA
HILDA CAROLINA DE SOUZA CUNHA
HIGOR KYUZO DA SILVA OKADA
JANISE ALVES MEDEIROS
JOHN CHARLES CORRÊA TORRES
JUCILENE PEREIRA DA SILVA
LUIZ OTÁVIO GOULART CASTRO
MARIA DARCILENA TRINDADE CORREIA
MARIA MADALENA PANTOJA DA SILVA
MARILÉIA CORRÊA LIMA
MARÍLIA DE ALMEIDA CHAVES LYNCH
NEUDERSON MACHADO DA SILVA
PAOLA MARIA FRASSINETT ROTTERDAM
ROSIANE BARBOSA FERREIRA
VÂNIA LEITE LEAL MACHADO

ANA LÚCIA DA SILVA BRITO
ALINE COSTA DA SILVA
ARILSON LOBO FIGUEIREDO
CARLOS EDUARDO LIRA SILVA
DERICK HERCULANO P. DE CARVALHO
EDILSON MATEUS COSTA DA SILVA
ELAINE VALÉRIO DE AZEVEDO
FLÁVIO NAZARENO ARAÚJO MESQUITA
GESSON JOSÉ MENDES LIMA
JACKSON DOUGLAS RODRIGUES
KARL MARX DA SILVA SANTOS
LUCIVAL BARBALHO PONTES
MAYSA DA SILVA LEITE ALMEIDA
ODIMAR DO CARMO MELO
RAIMUNDA DE NAZARÉ F. CORRÊA
SALIER JULIANE DOS SANTOS CASTRO
VÂNIA LEITE LEAL MACHADO

REALIZAÇÃO:

Coordenação de etapa ProBNCC – ensino médio / Coordenação de Ensino Médio (COEM)/
Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN) / Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA).

COORDENAÇÃO DE ENSINO MÉDIO

Mari Elisa Santos de Almeida – SEDUC/PA

COORDENAÇÃO ProBNCC EM/PA

Maria Madalena Pantoja da Silva – SEDUC/PA

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO:

Elizabeth Mascarenhas dos Santos Silva – SEDUC/PA

Jucilene Pereira da Silva – SEDUC/PA

Maria Darcilena Correia – SEDUC/PA

Maria Madalena Pantoja da Silva – SEDUC/PA

Marília de Almeida Chaves Lynch – SEDUC/PA

Marileia Correa Lima – SEDUC/PA

Rosiane Barbosa Ferreira – SEDUC/PA

CONTRIBUIÇÕES:

Adriana Gomes Rosa – SEDUC/PA

John Charles C. Torres – SEDUC/PA

Neuderson Machado da Silva – SEDUC/PA

Suely Machado Dumont – SEDUC/PA

FICHA CATALOGRÁFICA

Projeto Político Pedagógico – Etapa Ensino Médio - **Orientação para Escolas da Rede Estadual de Ensino Médio do Estado Do Pará** (2022) / Organizador: Belém: SEDUC-PA, 2022.
Inclui bibliografias

1. Novo Ensino Médio. 2. ProBNCC. 3. Projeto Político Pedagógico. Orientação para Escolas da Rede Estadual de Ensino Médio do Estado do Pará.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
INTRODUÇÃO	06
1. A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	07
2. O PPP ENQUANTO PARTE INERENTE À OTP	10
3. ETAPAS DO PLANEJAMENTO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	13
4. ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	15
REFERÊNCIAS	20
ANEXOS	21

APRESENTAÇÃO

Prezados,

A Secretaria de Estado da Educação do Pará - SEDUC/PA, por meio da Secretaria Adjunta de Ensino – SAEN e da Coordenação de Ensino de Médio-COEM, tendo como ponto de partida a Formação Humana Integral dos estudantes, organizou este Caderno Orientador para subsidiar a Gestão das Unidades Escolares e contempla um conjunto de instrumentos que se destinam a organizar o trabalho pedagógico da/na escola em 2022, para a Implementação do Novo Ensino Médio, em consonância com o Documento Curricular do Estado do Pará - etapa ensino médio.

Vale ressaltar que a Secretaria vem realizando formação continuada em todas as Regiões de Integração do Estado a respeito da reforma curricular do ensino médio de 2018, com a implementação dos GTs Regionais da BNCC das USE/UREs com a Jornada Unificada 2022.

Para o ano letivo de 2022, a rede estadual de ensino médio apresenta mudanças e traz novos desafios, com a implementação da reforma do Ensino Médio. Essas mudanças ocorrem em todos os sistemas de ensino do país, e no Estado do Pará a implementação será gradativa. No entanto essas reformas exigem um compromisso maior de todas/os, ao delinear as ações de acompanhamento das aprendizagens dos estudantes, com vistas a assegurar sucesso escolar e, conseqüentemente, a permanência e conclusão desta etapa final da educação básica.

Assim, acreditamos que esse recorte da história da educação do Pará necessitará da participação de todas/os a/os profissionais que fazem parte da educação paraense, especialmente os que estão nas escolas.

A SEDUC/PA convida a todas/os para participar desse novo capítulo da história do Ensino Médio no Pará.

Bom trabalho a todos!

Coordenação de Ensino Médio - COEM

COEM/SAEN/SEDUC-PA



INTRODUÇÃO

Este instrumento foi elaborado para orientar e assessorar as escolas de ensino médio da rede pública do Estado do Pará no processo de diálogo, revisão e (re)elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP). Pretende-se, com as orientações aqui apresentadas, apontar de forma simplificada, às escolas, informações essenciais sobre questões pedagógicas que permitam compreender a relevância do PPP enquanto parte integrante da Organização do Trabalho Pedagógico - OTP, essencial à implementação do Novo Ensino Médio e do Documento Curricular do Estado do Pará - etapa Ensino Médio (DCEPA).

Nessa perspectiva, as informações aqui apresentadas fundamentam-se nos referenciais legais e normativos vigentes que constam na construção do DCEPA e buscam assegurar à comunidade escolar o envolvimento direto nos processos de discussão a respeito das mudanças que ocorrem no âmbito nacional, no estado e, por conseguinte, influenciam na escola. Assim, as reflexões acerca do PPP que constam neste caderno agrupam-se em um primeiro momento, apresentando “A importância do Projeto Político Pedagógico para Implementação do Novo Ensino Médio”, segue situando “O PPP enquanto parte inerente à Organização do Trabalho Pedagógico - OTP da escola”. Já no terceiro momento são apontadas as “Etapas do Planejamento do Projeto Político Pedagógico”, seguidas pelos “Elementos Constitutivos do Projeto Político Pedagógico” e finalizam com os anexos e informações complementares.

O ano letivo de 2022 será importantíssimo para que cada unidade escolar da rede pública Estadual do Pará possa compreender e implementar as mudanças inerentes ao Novo ensino Médio. E o PPP configura-se como um dos instrumentos de planejamento da escola, pois com ele será possível apontar os problemas mais relevantes, compreender como vêm avançando ao longo do tempo e estabelecer metas factíveis e tangíveis de serem alcançadas, bem como escolher as estratégias adequadas para enfrentamento aos desafios.

1. A importância do Projeto Político Pedagógico para Implementação do Novo Ensino Médio

O Documento Curricular do Estado do Pará - etapa Ensino Médio (DCEPA) aprovado e homologado pelo Conselho Estadual do Pará - CEE/PA e elaborado em continuidade à etapa de Ensino Infantil e Fundamental, os quais constituem o Documento Curricular da Educação Básica Paraense, mantendo aspectos estruturantes em relação à Base Nacional Comum Curricular -BNCC, em função do ordenamento constitucional, legal e normativo da reforma de 2017, apresenta, contudo, aspectos críticos em sua concepção de educação e de ensino.

A definição da base teórica apresentada no DCEPA parte

[...] de um recorte histórico-dialético, a partir de pressupostos epistemo-ontológicos das abordagens Histórico-Dialética Gramsciana e da Pedagogia Humanista-Libertadora Freiriana, por meio de categorias conceituais que visam fundamentar a concepção de Formação Humana Integral, que se diferencia da "Formação Integral", prevista no projeto oficial da Reforma do Ensino Médio, por meio da Lei nº 13.415/2017. [...] (PARA, 2021, p. 62).

Em 2022, com o processo de implementação do Novo Ensino Médio nas turmas de primeiro ano, algumas mudanças começam a ser estabelecidas nas escolas, e estas precisam se reorganizar, uma vez que tais mudanças impactam não somente na organização curricular, como também na organização das instituições de ensino. Neste contexto, o Projeto Político Pedagógico assume um papel fundamental para a materialização de um currículo significativo, contextualizado, integrado e interdisciplinar, pautado nos diálogos, nas escutas e na perspectiva de contribuir à Formação Humana Integral das juventudes paraenses, pressupostos estes presentes no Documento Curricular do Estado do Pará - etapa Ensino Médio.

O Projeto Político Pedagógico representa um instrumento de ação coletiva, participativa e dialógica, na qual a escola apresenta seus fundamentos, suas diretrizes e sua identidade escolar (fundamentos históricos, políticos e filosóficos, territorialidade de seus tempos e espaços na organização pedagógica da escola de ensino médio e o desenvolvimento profissional dos educadores da educação da/na escola), objetivos e finalidades e estratégias. Esse documento

representa a intencionalidade da prática educativa da escola, que consiste num momento em que se organizam as ações, tomam-se decisões, projetam-se as necessidades da coletividade, sistematizam-se essas decisões e pressupõem-se ações futuras, processos inerentes ao planejamento educativo.

Neste sentido, o planejamento dialógico, na perspectiva da concepção de Formação Humana Integral das juventudes, com vistas à promoção do protagonismo dos sujeitos que dela fazem parte, supõe que a escola deve produzir práticas pedagógicas que integrem teoria e prática, contextualizar o cotidiano e promover a integração entre as áreas de conhecimento.



Nesta perspectiva, as instâncias que formam a comunidade escolar, inicialmente mobilizadas pela gestão da escola, devem promover e organizar momentos de diálogos que garantam a efetiva participação superior a 50% de cada representatividade destas instâncias escolares, com o objetivo de analisar, propor e validar uma proposta de PPP, que tem por finalidade a garantia social das aprendizagens das juventudes no que se refere aos processos mais equânimes de acesso, permanência e conclusão com sucesso da etapa final da Educação Básica.

Assim, o planejamento dialógico consiste numa prática importante para desenvolver as ações coletivas, o fazer pedagógico, com participação e comprometimento de todos os sujeitos, inerentes à gestão democrática.

A consulta permanente à comunidade e o acompanhamento, que considera todas as suas instâncias escolares (grêmio estudantil, conselho escolar, associação de pais e mestres, plano de trabalho docente e proposta pedagógica curricular), favorece a transparência e a lisura nas ações, o exercício da autonomia, a democracia-participativa, o diálogo, objetivando o propósito maior da proposta pedagógica intrínseca ao PPP, que é a materialidade do direito à educação de todos os estudantes e de suas respectivas aprendizagens.

O processo de implementação do Novo Ensino Médio no Pará se dará de forma gradual, contudo, precisa ser considerado na sua totalidade, sendo necessário que a escola se organize para a completude desse processo. Assim, o PPP, enquanto parte inerente da Organização do Trabalho Pedagógico, sistematiza o que se projeta enquanto proposta de educação, das práticas educativas, pedagógicas e docentes. (PARÁ, p. 599)

A Organização do Trabalho Pedagógico é tudo que engloba a pedagogia enquanto campo que estuda as práticas educativas, pedagógicas e docentes na sua totalidade e historicidade. Para Franco (2012), coordenar o trabalho pedagógico não é tarefa fácil, uma vez que envolve clarezas e posicionamentos políticos, pedagógicos, pessoais e administrativos. Daí a necessidade da participação de todos os sujeitos nas instâncias administrativas, com vistas à uma organização democrática na instituição escolar. (PARÁ, 2021, p. 597).

2 - O PPP enquanto parte inerente à Organização do Trabalho Pedagógico - OTP da escola

Dessa forma, para o desenvolvimento das práticas educativas democráticas na escola, a (re)elaboração do PPP é fundamental, o qual deve ser construído em um processo participativo e dialógico, dando assim

[...] um novo sentido à atividade de planejar quando afirmamos que esse processo deve ser dialógico. Queremos reconhecer que a razão é inseparável da emoção quando dizemos que é necessário organizar as prioridades e as ações escolares e educacionais para construir projetos e políticas emancipadoras (PADILHA, 2001, p. 25).

A (re)elaboração e execução da proposta pedagógica vinculada à participação com a família, com a comunidade escolar e com todas as instâncias educativas da unidade escolar se consolida com a Organização do Trabalho Pedagógico, a partir dessas importantes dimensões que não apenas materializam a proposta pedagógica de uma escola, mas também vêm apontando-se como importantes campos científicos de estudos e pesquisas na área da educação e em específico do ensino e da aprendizagem.

Conforme o DCEPA, o planejamento integrado consiste em todo trabalho proposto em uma perspectiva de construção social coletiva, que se inicia pela sua intencionalidade, implica em fatores que envolvem a autonomia escolar e o comprometimento de todos em um processo dialógico com “a participação ativa e permanente de todas as pessoas nesse processo” (PADILHA, 2017, p. 27).

A organização do trabalho pedagógico também deve levar em consideração a organização do contexto educacional brasileiro em sua diversidade e pluralidade. Vale destacar que, no contexto escolar, as leis, as diretrizes, os pareceres e as resoluções devem estar em conjunto com a escola, pois compõem o contexto geral da educação.



O PPP como ponto de partida das ações da escola, tendo como base o DCEPA, deverá nortear a construção da Proposta Pedagógica Curricular da Escola (PPC), que consiste:

“na expressão da autonomia da escola em converter o redesenho curricular do Ensino Médio, articulado aos fundamentos do PPP, em construção coletiva de ações pedagógicas no contexto das Áreas de Conhecimento e de suas disciplinas como direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento humano dos estudantes”.¹

O Plano de Trabalho Docente (PTD) além de ser um registro das discussões coletivas entre os docentes, é também a reflexão sobre a prática docente de uma ou mais disciplinas, com base na Proposta Pedagógica Curricular e articula-se com os fundamentos políticos, educacionais e conceituais do Projeto Político-Pedagógico, com a finalidade de organizar e direcionar a prática pedagógica que será realizada em sala de aula por meio do planejamento integrado das áreas de conhecimento, tendo em vista a formação humana integral.

¹ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Formação de professores do ensino médio, Etapa II - Caderno I: Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Médio / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores: Erisevelton Silva Lima et al.]. – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2014.49 p.28

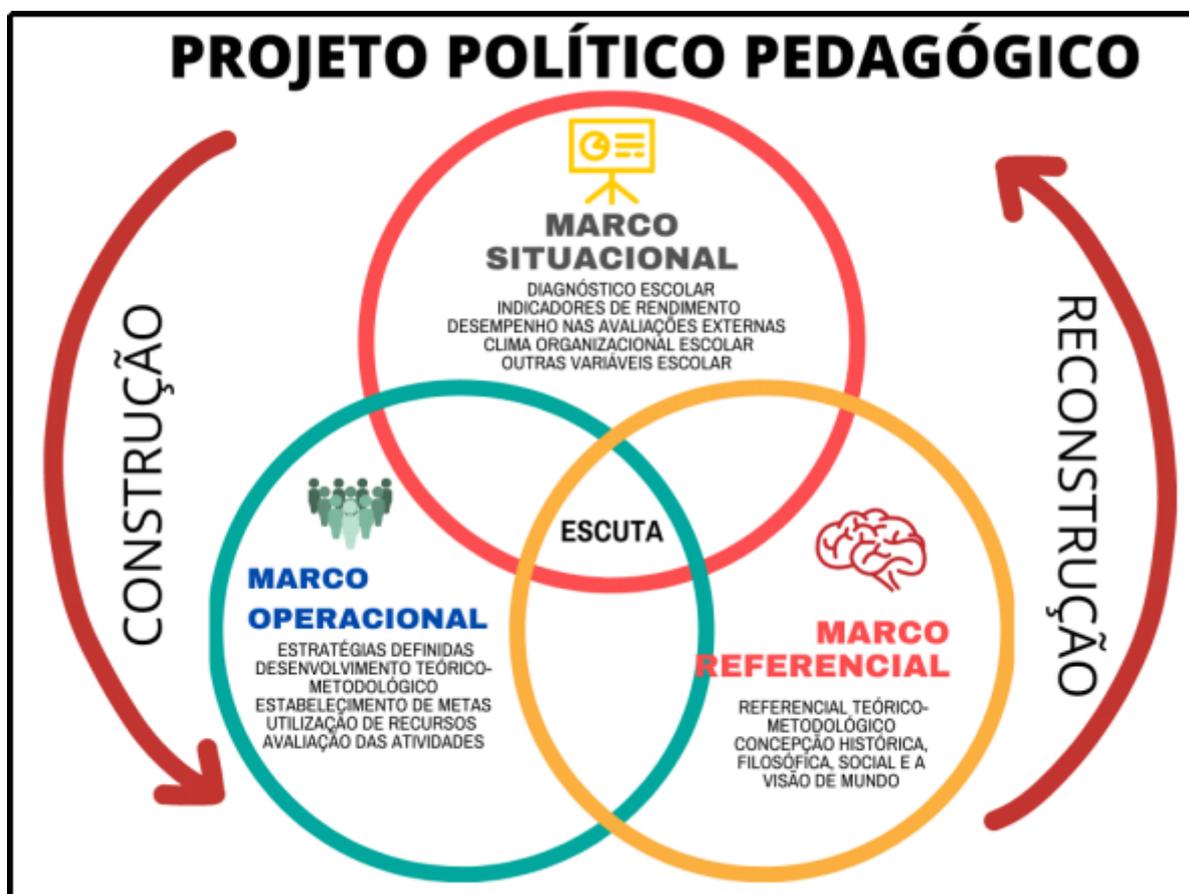
Assim, para o processo de reelaboração do Projeto Político Pedagógico, orienta-se que a escola revise o PPP, por meio do diálogo participativo com a comunidade escolar, no sentido de estabelecer e fortalecer o compromisso com a melhoria das condições de ensino e aprendizagem na perspectiva da Formação Humana Integral. As ações planejadas e suas intencionalidades educativas possibilitam uma variedade de oportunidades, regulamentando a identidade local e peculiar da escola, atentando-se para o exercício de ações participativas e dialógicas, que se configuram na ação coletiva.

Esse movimento, sabemos, não é de fácil condução e perpassa por diversos desafios, seja na condução das relações, seja na busca pela estratégia mais adequada, e que promova as mudanças desejadas. No entanto,

“... É preciso desconstruir as antigas concepções de ensino-aprendizagem, tantas vezes arraigadas às ações hegemônicas, afinal, a sociedade não tem uma dinâmica igualitária. Por isso, pensar em um currículo que favoreça a interação e o protagonismo entre quem ensina e quem aprende significa que a escola contribui para que o aluno vivencie um encontro significativo entre a sua biografia (vida) e a história.” (DCEPA, p. 36).

Sugerimos o exercício do diálogo e da reflexão sobre a prática pedagógica da/na escola com o objetivo de identificar as principais propostas, pautadas no Documento Curricular etapa Ensino Médio, para implementação do Novo Ensino Médio na perspectiva da formação humana integral com foco nas juventudes.

3. Etapas do Planejamento do Projeto Político Pedagógico:



Desse modo, as etapas abaixo sugerem uma trajetória a ser percorrida por especialistas, professores e todos os profissionais da escola visando a (re)elaboração do seu Projeto Político Pedagógico.

Vejam algumas etapas e outras ações que antecedem e conduzem o processo de (re)elaboração desse documento, responsável por traduzir a concepção pedagógica e a identidade escolar, com intuito de traçar um caminho possível de ser percorrido:

<p>I- Mobilizar e envolver os participantes (Associação de Pais e Mestres, Grêmio Escolar, Conselho Escolar, Comunidade Escolar)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Debater a respeito dos avanços e dos novos desafios educacionais; • Definir um Plano de Trabalho contendo itens essenciais como: o cronograma; • Definição dos responsáveis pelas ações previstas, os prazos de entrega, reuniões com o registro em ata a fim de dar transparência e segurança ao documento e ao processo de implementação do Novo Ensino Médio. 	<p>II- O diagnóstico escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar considerando os indicadores de rendimento durante o ano de 2021, como as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar; os de desempenho nas avaliações externas, como as proficiências geradas; o clima organizacional escolar, bem como outras variáveis específicas de cada unidade escolar, como as metas para o SAEB, nos Cadernos de Evidências elaborados pela Secretaria Adjunta de Ensino/Seduc e sites oficiais do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP. 	<p>III-Definição das Metas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover o debate dos indicadores com a equipe da escola, professores e demais funcionários para discutir os dados e para a definição das novas metas a serem alcançadas (condições materiais para o acesso, a permanência e a conclusão com sucesso do aluno); • Construir estratégias a serem desenvolvidas pela unidade escolar, construindo sua identidade, visando detectar os problemas e as características da escola, ou seja, o seu Marco Situacional. 	<p>IX- Socializar com a Comunidade Escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Socialização das propostas das ações planejadas no Projeto Político Pedagógico para a aprovação da comunidade escolar. 	<p>V - Marco Referencial</p> <ul style="list-style-type: none"> • - Estabelecer o referencial teórico-metodológico da escola, a concepção histórica, filosófica
<p>VI. Marco Operacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir as estratégias e o estabelecimento das metas, a utilização dos recursos e a avaliação das atividades realizadas. As ações da escola deverão ser descritas, colocadas em cronograma, que objetiva aproximar os marcos situacional e referencial com a realidade; 	<p>VII- Revisar o Plano de Ação da Escola</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização da gestão escolar e das comissões de trabalho para revisão do Plano de Ação da Escola, das ações do plano de trabalho da gestão e da equipe pedagógica para posterior sistematização da produção textual e escrita pelas comissões de trabalho. 	<p>VIII- Organizar o Trabalho Docente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Organização do grupo docente por área de conhecimento para revisão das ações do plano de trabalho do ano anterior. 	<p>IV- Caracterização da realidade escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisitar os campos do PPP em vigor que anunciam o contexto histórico e a caracterização da escola, assim como da localidade a fim de constatar ou (re)elaborar suas principais características. 	<p>X – Validação do PPP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão do texto final e Anuência do Conselho Escolar.

Algumas perguntas devem ser consideradas neste processo:

- O plano atende às expectativas da comunidade escolar?
- Foi possível assegurar o envolvimento da comunidade na sua implementação?
- Foi possível assegurar o envolvimento das juventudes nas ações e decisões da escola, assim como possibilitar que este jovem construa seu Projeto de Vida de acordo com o que a escola pode oferecer?
- As metas e ações estão adequadas à realidade?
- O que foi possível e o que não foi possível realizar no ano anterior?

O documento revisado e elaborado deverá ser apresentado à comunidade escolar nas reuniões com pais, professores, alunos e demais profissionais da escola e comunidade.

O documento final aprovado pela comunidade escolar, conforme orientações desta Secretaria, deve ser lavrado em ata e, posteriormente, encaminhado à sede, conforme fluxo comum desta Secretaria para convalidação de todas as instâncias ligadas à Unidade de Ensino (USE/URE e SEDUC SEDE).

Todas as etapas desenvolvidas pela escola para (re)elaboração do PPP devem ser registradas de formas diversificadas (atas, registros fotográficos, frequência, instrumentos utilizados para o apoio da metodologia adotada pela comunidade escolar) e arquivadas na escola.

4. Elementos Constitutivos do Projeto Político Pedagógico

4.1. CAPA

Na capa deve conter o nome da escola, o título, o local e a data. Vale ressaltar que cada escola, ao construir o seu projeto, pode escolher um título, uma espécie de pensamento que situe, caracterize ou evidencie a identidade da escola, ou seja, a marca que pretende cunhar junto à comunidade.

4.2. FOLHA DE ROSTO/CAPA

Na folha de rosto, deve constar a ficha técnica com o nome dos integrantes que compõem a equipe gestora e dos demais participantes do processo de elaboração do documento.

4.3. SUMÁRIO

O sumário deve conter os conteúdos constantes no PPP de forma a facilitar sua leitura e trazer um resumo para o leitor. O sumário trata da enumeração das páginas correspondentes às principais divisões, seções e outras partes de interesse do documento, na mesma ordem em que elas aparecem no texto.

4.4. ESTRUTURA: Conforme orientação do DCEPA

O PPP é um documento de valor legal da escola, que apresenta a sua autonomia pedagógica assim como sua identidade e contextualização, conforme previsto no art. 206 da Constituição Federal/1988, garantindo o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas entre os princípios da educação. Considerando o DCEPA - etapa Ensino Médio, o PPP das escolas da rede pública estadual, necessariamente, estará pautado nos seguintes princípios:

- Respeito às Diversas Culturas Amazônicas e suas Inter-Relações no Espaço e no Tempo;
- Educação para a sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- Interdisciplinaridade e contextualização no processo ensino-aprendizagem.

Assim, apresentaremos uma estrutura que se aproxima da etapa do Ensino Fundamental, entretanto, com as peculiaridades próprias do Ensino Médio.

A estrutura a seguir parte do DCEPA - Etapa Ensino Médio, com algumas adaptações necessárias para a organização do PPP a ser realizada por cada escola, entretanto, mantendo as diretrizes básicas da proposta do documento curricular no que diz respeito à sua concepção, seus princípios e suas dimensões. Conforme descrito abaixo:

I. MARCO SITUACIONAL:

1 Contextualização e caracterização da escola (Contextualização Histórica e Caracterização da Comunidade Escolar):

1.1 Identificação (Dados de Identificação da Escola*): O Projeto necessita informar a descrição geral da instituição, apontar aspectos sociais, econômicos, culturais e geográficos, bem como indicar as condições físicas e materiais da escola;

1.2 Histórico e justificativa (Apresentação/Justificativa*): Breve história da escola (como surgiu, funcionamento, administração, gestão, participação dos professores, visão que os alunos têm dela, pais, escola e comunidade); qual a relevância e importância do projeto à escola, aos seus atores e à comunidade? De que maneira ele contribuirá para o direito à educação e à garantia social das aprendizagens dos estudantes?;

2. Diagnóstico da situação escolar (Diagnóstico de indicadores educacionais): Diagnóstico contendo características sociais, culturais, econômicas; levantamento e identificação de problemas e de necessidades a atender; definição de prioridades, com base no estudo e análise das evidências educacionais produzidas ou não pela escola (indicadores educacionais);

3. Objetivos geral e específicos

O objetivo geral deve estar relacionado aos objetivos do sistema/rede em que a escola está inserida. Este deve dialogar também com os princípios curriculares do DCEPA-EM.

Os objetivos específicos possuem a identidade escolar, favorecendo os interesses da cidadania dos alunos. Abordar os objetivos que a instituição almeja atingir com o projeto, evidenciando inovações objetivas e adequadas e considerando as fontes principais, direitos sociais, políticas nacionais, estaduais e municipais da educação, evidenciando o que o estabelecimento de ensino pretende; determinar objetivos plurianuais e anuais, conforme o desenvolvimento do projeto.

II. MARCO REFERENCIAL:

4. Concepções de Educação e das Práticas Escolares (Referência e Alinhamento com o Documento Estadual*):

4.1 Fundamentos Teórico-metodológicos (Missão, visão e princípios*): visão de mundo, homem, sociedade, aluno, etc.: destinada aos referenciais teórico-metodológicos que subsidiarão as práticas educativas, pedagógicas e docentes da escola; apontar a função social da escola na comunidade, visão de mundo/sociedade; a concepção de escola, educação, ensino, aprendizagem, planejamento, currículo, avaliação, desenvolvimento profissional, relação escola-família-comunidade, bem como o perfil de formação dos alunos, entre outros,;

4.2 Proposta curricular da escola (Fundamentação Teórica e bases legais*): os princípios norteadores da ação didático-pedagógica; seus fundamentos teórico -metodológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, epistemológicos, pedagógicos, assim como a organização curricular (da escola, dos anos/séries/ciclos e suas relações com o planejamento escolar e de ensino);

4.3 Estrutura de Organização e Gestão: apontar as concepções teórico-metodológicas que fundamentam os aspectos pedagógicos, organizacionais, administrativos, de pessoas e o físico-financeiro da escola;

Neste espaço a escola deverá deixar clara a organização baseada no DCEPA - etapa Ensino Médio, inclusive a organização da Formação para o Mundo do Trabalho (itinerâncias) da escola (aspectos pedagógicos, organizacionais, administrativos, de pessoas e o físico-financeiro da escola).

III. MARCO OPERACIONAL:

5. Desenvolvimento Metodológico (Plano de ação): Constituem-se em planos de ação da escola, planos de trabalho de gestão, coordenação pedagógica e de docentes, bem como os planejamentos mais específicos do ensino (plano de curso, plano de disciplina, plano de aula), além de projetos de ensino; uma proposta clara de desenvolvimento profissional e de trabalho

com as famílias e a comunidade. No desenvolvimento metodológico, deve ficar claro o estabelecimento de conceitos, estratégias e caminhos para o desenvolvimento de cada ação do projeto. A metodologia deverá indicar o desenvolvimento dos objetivos e metas traçados;

6. Recursos: Preveem os recursos gerais presentes na instituição (humanos, materiais e financeiros), com o foco na gestão participativa. O orçamento participativo é aquele em que toda a comunidade decide sobre o que e como será gasto o recurso, acompanha e fiscaliza as ações financeiras e pedagógicas da escola, sendo necessário a escola descrever no PPP os recursos estaduais e federais que a escola recebe e suas finalidades, sempre documentado em ata;

7. Metas: São relevantes e devem ser possíveis de execução, pois ajudam a definir estratégias e possibilitam mensurar o progresso para alcançar os objetivos desejados, os quais precisam destacar o que a escola almeja e de que maneira irá alcançar o seu resultado. As metas devem ser enumeradas em consonância com as ações que a escola pretende alcançar, levando em consideração as evidências educacionais (índices de rendimento, Ideb, fluxos educacionais da escola, avaliações diagnósticas e externas), são mais concretas e de comportamento variável, por isso é necessário para dar mais sentido ao seu percurso uma ação sistemática e de avaliação permanente; devem, portanto, ser elaboradas com base no diagnóstico da situação escolar, no sentido de superar as problemáticas identificadas; assim, o projeto deve prever suas metas anuais e plurianuais;

8. Avaliação: Momento destinado ao exercício da avaliação e autoavaliação; é coerente que aconteça bimestralmente, para verificar-se o alcance das metas e objetivos traçados, apontando as dificuldades que permearam o processo de elaboração ou reestruturação do projeto. É necessário que a avaliação seja realizada de forma quanti-qualitativa, tenha um cunho emancipatório e seja um processo permanente no interior da escola. Trata-se, portanto, da avaliação do projeto que deverá ser anual, e sua duração (ciclo de avaliação), conforme o estabelecimento das metas plurianuais (tempo necessário em anos para o alcance das metas estabelecidas);

9. Cronograma: Objetiva acompanhar e monitorar as ações propostas, organizando de forma ordenada o PPP da instituição. No cronograma a escola distribui as ações relacionando o tempo e espaço de realização, assim como os períodos em que essas ações devem ser cumpridas; é coerente que a escola disponibilize um quadro (com datas: dias, meses, ano e seus responsáveis), para acompanhamento das ações propostas pela coletividade.

10. Anexo - Ata: A instituição escolar deverá anexar ao PPP a ata das reuniões da construção coletiva da proposta da escola, assinada pelos participantes.

Referencial Bibliográfico

(*) As terminologias marcadas com o asterisco são utilizadas no PPP etapa infantil e fundamental e foram colocadas para que a escola possa sincronizar com as demais etapas de ensino.

Nesse sentido, para a materialização das ações do Projeto Político Pedagógico, é necessário que todos sintam-se pertencentes a esse processo; para incentivar e valorizar as práticas pedagógicas na escola, a gestão democrática é indispensável; a participação e o comprometimento de todos são elementos fundamentais, bem como o acompanhamento e o monitoramento constantes para a transparência e lisura das ações escolares. Assim o desenvolvimento das ações, o registro da execução do PPP, as avaliações contínuas sistemáticas das atividades desenvolvidas durante o processo de execução bimestral, semestral e anual (balanço), apresentação dos resultados obtidos para comunidade escolar e replanejamento da proposta para o(s) ano(s) seguinte(s) são passos a serem seguidos para o exercício da autonomia da escola.

No Projeto Político Pedagógico deve estar expresso o processo de avaliação da aprendizagem e as formas e procedimentos utilizados pela escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos estudantes; devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

Referência:

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Documento Curricular do Estado do Pará:** etapa ensino médio. 1ª ed. Belém :SAEN/SEDUC-PA, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Sancionada em 20 de dezembro de 1996. Publicada no Diário Oficial da União, em 23 de dezembro de 1996. Brasília: MEC,1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, Etapa II - Caderno I : Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Médio /** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores : Erisevelton Silva Lima... et al.]. – Curitiba : UFPR/Setor de Educação, 2014. 49p. : il. algumas color.

BRASIL. LEI Nº 13.005/2014 - **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Ministério da Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em 10/06/2019.

BRASIL. Lei nº 010172 de 09 de Janeiro de 2001. Aprova o **Plano Nacional de Educação** e dá outras providências. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em 15/10/2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. 10a ed. rev. amp. São Paulo: Cortez, 2012 (Coleção Docência em Formação: saberes pedagógicos).

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis.** São Paulo: Cortez, 2004

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e Prática Docente.** São Paulo: Cortez (Coleção Docência em Formação: saberes pedagógicos). .

FRIGOTTO. Gaudêncio.,CIAVATTA, M. RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio Integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.p. 85.

LIBÂNEO. José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5a edição, revista ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político pedagógico da escola. 2 ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002 – (Guia da Escola Cidadã, v. 7)

PARO, Vítor Henrique. **Gestão Democrática da escola pública.** 3a edição. São Paulo: Ática, 2005.

ANEXOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

PPP



ANEXO 1: Sugestão de Plano de Trabalho para o Processo de Revisão do Projeto Político Pedagógico à Luz Do Documento Curricular do Estado do Pará/Etapa Ensino Médio.

O QUE? ATIVIDADE/ AÇÃO	POR QUÊ? OBJETIVO	QUEM? RESPON SÁVEL	QUANDO? PERÍODO	ONDE? LOCAL	COMO? ESTRATÉGIA/ METODOLOGIA E RECURSO
<p>1 - Mobilizar e envolver os participantes (Associação de Pais e Mestres, Grêmio Escolar, Conselho Escolar, Comunidade Escolar), conduzindo o debate a respeito dos avanços e dos novos desafios educacionais. Além disso, é importante definir um Plano de Trabalho contendo itens essenciais como: o cronograma, a definição dos responsáveis pelas ações previstas, os prazos de entrega, reuniões com o registro em ata a fim de dar transparência e segurança ao documento e ao processo de implementação do Novo Ensino Médio.</p>	<p>Revisão das ações do plano de trabalho da gestão e da equipe pedagógica. Iniciar a discussão sobre os avanços e as novas demandas; Dar continuidade à revisão do PPP; Definir um plano de trabalho com cronograma, os responsáveis pelas ações previstas e os prazos de entrega, assim como a ata das reuniões.</p>	definir	definir	sala	
<p>2 - O diagnóstico escolar deverá ser realizado levando em consideração os indicadores de rendimento durante o ano de 2021, como as taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar; os de desempenho nas avaliações externas, como as proficiências geradas; o clima organizacional escolar, bem como outras variáveis específicas de cada unidade escolar, como as metas para o SAEB, nos Cadernos de Evidências elaborados pela Secretaria Adjunta de Ensino/Seduc e sites oficiais do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP. Reler os textos sobre contexto histórico e caracterização da escola e da comunidade e constatar ou (re)elaborar suas principais características.</p>	<p>Atualizar os indicadores educacionais que estavam disponíveis pelo diagnóstico elaborado pela própria escola e nos cadernos de evidências e sites oficiais do Ministério da Educação Definir as metas da escola para fomentar a melhoria da aprendizagem. Planejar o processo de revisão do PPP. Estabelecer o referencial teórico-metodológico da escola, a concepção histórica, filosófica. (Marco Referencial)</p>	definir	definir	sala	

<p>3 - Definir as estratégias e o estabelecimento das metas, a utilização dos recursos e a avaliação das atividades realizadas.</p>	<p>Descrever as ações da escola para serem colocadas em cronograma, objetivando aproximar os marcos situacional e referencial com a realidade. (Marco Operacional)</p>				
<p>4 - Realizar reunião para responder às questões importantes para execução do processo.</p>	<p>O plano atende às expectativas da comunidade escolar? - Foi possível assegurar o envolvimento da comunidade na sua implementação? - Foi possível assegurar o envolvimento das juventudes nas ações e decisões da escola, assim como possibilitar que este jovem construa seu Projeto de Vida de acordo com o que a escola pode oferecer? - As metas e ações estão adequadas à realidade? - O que foi possível e o que não foi possível realizar no ano anterior?</p>				
<p>5 - Organizar a gestão escolar e as comissões de trabalho para revisão do Plano de Ação da Escola, das ações do plano de trabalho da gestão e da equipe pedagógica.</p>	<p>Sistematizar a produção textual e escrita pelas comissões de trabalho.</p>				
<p>6 - Organizar o grupo docente por área de conhecimento para revisão das ações do plano de trabalho do ano anterior.</p>	<p>Sistematizar o plano de trabalho docente.</p>				
<p>7 - Socialização das propostas e análises das ações planejadas no Projeto Político Pedagógico</p>	<p>Apresentar à comunidade escolar em diversas reuniões de pais, professores, alunos, demais profissionais da educação e comunidade para a aprovação do documento.</p>				
<p>8 - Encaminhar o documento Final à sede. (URE/USE/Secretaria de Educação/Sede).</p>	<p>Divulgar a versão final.</p>				

Anexo 2: Modelo de PPP

I MARCO SITUACIONAL
1.1 IDENTIFICAÇÃO:
1.2 HISTÓRICO E JUSTIFICATIVA:
1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA:
2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ESCOLAR:
3. OBJETIVOS GERAIS
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS
II. REFERENCIAL
4. Concepção de Educação e das Práticas Escolares (pode ser um só texto)
4.1 Fundamentos Teóricos e Metodológicos:
4.2. Proposta curricular da escola:
4.3 Estrutura e Organização
III OPERACIONAL
5. Desenvolvimento Metodológico:
5.1 Recursos:
5.2 Metas:
5.3 Avaliação:
IV. CURRÍCULO
Apresentar o currículo da escola, com os princípios de sua organização, tendo em vista a formação humana integral, definindo com clareza o papel do diagnóstico da realidade escolar, os documentos legais e normativos (como as DCNEM e a BNCC e, no âmbito estadual, o DCEPA-EM e demais documentos orientadores emitidos pela SEDUC)

Anexo 3: Modelo de Ata

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO LOCAL DO PPP - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

I. ABERTURA: Constatado o horário de início e o quorum, (deu-se por aberta as atividades).

Aos (informar a data, hora), realizou-se nas dependências da (EEEM, nome do município, endereço), a reunião da Comissão Local do Projeto Político Pedagógico desta escola, obedecendo e cumprindo o estabelecido em Memorando Circular nº _____, datado de _____ do corrente ano, com a presença da _____ a qual presidiu a reunião, membros do corpo técnico administrativo _____ membros docentes: _____ membros do conselho escolar _____ membros do grêmio estudantil _____, associação de pais e mestres _____ e representantes da comunidade _____.

AUSENTES com motivos justificados: _____.

II. EXPEDIENTE: Ex: Não houve expediente.

III. ORDEM DO DIA: Desenvolvimento da Reunião e conclusão.

IV. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Espaço destinado às considerações finais, lavrasse a ata com assinatura do (a) presidente(a).

Anexo 4: Exemplo de plano de trabalho para processo de revisão do PPP

Nome da Escola: _____ Ano: _____

Importante:

i) Para construir o cronograma e plano de trabalho é importante ter em vista o que precisa ser (re)elaborado quanto ao projeto pedagógico da escola e, então, garantir que as ações levem a um processo formativo de toda a equipe escolar e a finalização do documento.

ii) Há outros documentos importantes da escola que podem ou não constar no projeto pedagógico, mas que precisam estar alinhados a ele e que podem inclusive possuir ações e cronogramas de atividades próprios, por exemplo: Plano Anual de formação continuada na escola, proposta curricular da rede, cronograma anual da escola, regimento escolar, plano de ação do conselho escolar, entre outros.

Gestor responsável: _____

Anexo 5- Ferramentas e recursos de apoio para a revisão e (re)elaboração do PPP

Documento Curricular do Estado do Pará

O Documento Curricular para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e etapa Ensino Médio do Estado do Pará a ser utilizado como referência para a revisão dos PPPs está disponibilizado no site da Secretaria de Estado de Educação do Pará. Acesse em: <http://www.seduc.pa.gov.br/site/seduc>.

Disponibiliza, de forma rápida e fácil, dados educacionais do Censo Escolar, da Prova Brasil e do Ideb para cada escola, município e estado brasileiro. Eles também disponibilizam recursos para ajudar a analisar os dados e indicadores. Acesse em: <https://qedu.org.br/>.

Plataforma Datapédia

É uma plataforma digital de serviços que agrupa em uma única janela dados (demografia, saúde, IDH, vulnerabilidade, educação, economia, violência e finanças) oficiais de todos os municípios e estados do país. Acesse em: <https://datapedia.info/>.

Consulta Escola SEDUC-PA

É um portal disponibilizado pela Secretaria de Estado de Educação do Pará, para a consulta de dados sobre as escolas da rede estadual. Acesse em: <https://seduc.pa.gov.br>.

Nova Escola

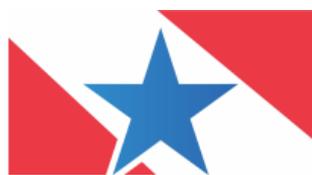
A Nova Escola disponibiliza em seu site diversos materiais e formações sobre a BNCC e exemplos de como ela é aplicada na prática e no cotidiano das escolas. Acesse em: <https://novaescola.org.br/>.

IOEB – Índice de Oportunidades da Educação Brasileira

Plataforma que permite comparar índices e rankings da educação por todo o Brasil. Acesse em: www.ioeb.org.br

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



GOVERNO DO
PARÁ

www.seduc.pa.gov.br



COEM



Coordenação de Ensino Médio

2022